



Associação de Proteção à Criança e ao Adolescente de Paraguaçu Paulista
"Casa Lar - Cel. Juvenino Pereira"
Fundada em 10 de Dezembro de 1958
Reconhecida de Utilidade Pública Federal - Proc. MJ 17.739/97-22
Registro nº. 51 - CNPJ 53.640.116/0001-51
Av. Manoel Antonio de Souza, nº 1.896 - Fone: (18) 3361.1469
CEP: 19.707-030 - PARAGUAÇU PAULISTA / SP



Construindo Ações Reais
para Adolescentes

PLANO DE TRABALHO

Proposta: Nº 12/2023

| 1 DADOS CADASTRAIS | |
|--|--|
| 1.1 Identificação do Proponente | |
| Razão Social | Associação de Proteção à Criança e ao Adolescente de Paraguaçu Paulista "Casa Lar - Cel. Juvenino Pereira" |
| CNPJ | 53.640.116/0001-51 |
| Data de Abertura (CNPJ) | 05/11/1971 |
| Código da Atividade Principal (CNPJ) | 87.30-1-01 |
| Descrição da Atividade Principal (CNPJ) | Orfanatos |
| DDD | 18 |
| Telefone | 3361-1469 |
| E-mail Institucional | casalarparaguacu@outlook.com |
| Site Institucional | www.associacaocasalar.com.br |
| Redes Sociais | Casa Lar Juvenino Pereira |
| Endereço | Av. Manoel Antônio de Souza, 1896 |
| Bairro | Barra Funda |
| Município | Paraguaçu Paulista |
| Estado | SP |
| CEP | 19707-030 |
| Banco (nome) | Banco do Brasil |
| Nº Agência (com dígito) | 0105-8 |
| Nº da Conta-corrente (com dígito) | 31.188-X |
| Período Mandato Atual Diretoria | 01/01/2023 a 31/12/2024 |
| Conselho Municipal vinculado | CMAS |
| Nº Registro no Conselho Municipal | 05/05 |
| Data de Validade do Registro | 01/03/2023 |
| Informações Complementares | Inscrição por tempo indeterminado. |
| 1.2 Identificação do Responsável Legal | |
| Nome | Claudemir Targino da Silva |
| Cargo | Presidente |
| CPF | |
| RG | |
| Órgão Expedidor | SSP/SP |
| E-mail | |
| Celular | |
| Endereço | |
| Município | Paraguaçu Paulista |
| Estado | SP |
| CEP | 19700-106 |
| 1.3 Identificação do Responsável Técnico | |
| Nome | Gabriela Sampaio Ribeiro |
| Cargo | Assistente Social |
| CPF | |
| RG | |
| Órgão Expedidor | SSPSP |
| E-mail | |
| Celular | |
| Endereço | |
| Município | Paraguaçu Paulista |
| Estado | SP |
| CEP | 19700-365 |
| 2 DADOS DO SERVIÇO | |
| 2.1 Dados Gerais | |
| Tipo | Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade |
| Modalidade | Acolhimento Institucional |
| Programa | 0033 |
| Início da Atividade | 10/12/1958 |
| Público-alvo | crianças e adolescente de ambos os sexos (0 a 18 anos). |
| Capacidade Atendimento / Mês | 20 |
| Local de Execução | Av. Manoel Antônio de Souza, 1896 |
| Área de Abrangência | Municipal |
| Funcionamento: Dias da Semana | ininterrupto |
| - Horários | 00h00 as 24h00 |
| Avaliação pelo Usuário (Sim / Não) | SIM |
| - Forma | Formulário impresso |
| - Periodicidade | quadrimestre |



Associação de Proteção à Criança e ao Adolescente de Paraguaçu Paulista
"Casa Lar – Cel. Juventino Pereira"
Fundada em 10 de Dezembro de 1.958
Reconhecida de Utilidade Pública Federal - Proc. MJ 17.739/97-22
Registro nº. 51 – CNPJ 53.640.116/0001-51
Av. Manoel Antonio de Souza, nº 1.896 – Fone: (18) 3361.1469
CEP: 19.707-030 – PARAGUAÇU PAULISTA / SP



Construindo Ações Reais
para Adolescentes

| | |
|-----------------------------|--|
| 3 | PROJETO OU ATIVIDADE |
| 3.1 | Identificação |
| Título | Acolhimento Institucional Municipal |
| Período de Execução (Meses) | 12 meses |
| Objeto | Manutenção do serviço de Acolhimento Institucional |
| Público-alvo | crianças e adolescentes de ambos sexos (00 a 18 anos) |
| Local de Execução | Av. Manoel Antônio de Souza nº1986 Barra Funda |

| | |
|---|---|
| 3.2 | Descrição da Realidade Objeto da Parceria |
| <p>A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DE PARAGUAÇU PAULISTA – "CASA LAR – CEL. JUVENTINO PEREIRA" foi constituída em 10 de dezembro de 1958, buscando se consolidar ao decorrer de sua jornada como um espaço de acolhida, reconstrução de história e socioeducação.</p> <p>Nesse cenário, a atuação da Diretoria, Equipe Técnica e colaboradores é pautada na ética e no sigilo profissional, tendo como princípios e valores norteadores, o amor, a felicidade, a paz, o respeito, a igualdade, a honestidade e a dignidade.</p> <p>Ao longo de seus quase 65 anos, angariou a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o número de 53.640.116/0001-51, a Certificação do C.E.B.A.S. - Certidão de Entidades Beneficentes de Assistência Social junto a Secretaria Nacional de Assistência Social, o reconhecimento de Utilidade Pública Federal/Estadual/Municipal, inscrição na S.E.A.D.S –Secretaria do Estado de Assistência e Desenvolvimento Social sob a matrícula nº. 2053/69 e o CRCE – Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades.</p> <p>A Organização em seu contexto histórico tem buscado seriamente atender a Legislação Vigente do Acolhimento Institucional, uma vez que no ano de 2014 foram reordenados os Serviços de Acolhimento, cabendo as Entidades Públicas e Privadas se readequarem até o ano de 2017 para desenvolver um Trabalho ainda mais qualificado, comprometido em aperfeiçoar a oferta de Serviços de Acolhimento Institucional garantindo a Provisoriedade do Afastamento a fim de promover a Reintegração Familiar, seja ela Nuclear e Extensa. Nesse Interim, deu-se no ano de 2016 a alteração de seu Estatuto Social, prevendo a partir de então o acolhimento de crianças e adolescentes de ambos os sexos, de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos incompletos, podendo permanecer até completarem 18 (dezoito) anos de idade.</p> | |

| | |
|---|---------------|
| 3.3 | Justificativa |
| <p>O município conta com um população aproximadamente de 45.000 habitantes , sendo que grande parte dessa população reside na periferia enfrentando problemáticas que acarretam a desestruturação familiar, sendo assim muitas crianças e adolescente ficam expostas a situação de vulnerabilidade e risco sofrendo com abandono , negligência e maus tratos.</p> <p>Assim através do serviço de Acolhimento Institucional ofertamos a crianças e adolescentes de ambos sexos, pertencentes a núcleos familiares com vínculos fragilizados ou rompidos, que coabitam em situação de vulnerabilidade social eminentes de riscos encaminhados pelo Poder Judiciário e Conselho Tutelar um atendimento à garantia dos direitos fundamentais de viver num ambiente que favoreça seu desenvolvimento , condições dignas de habitabilidade, higiene, segurança, acessibilidade e privacidade.</p> | |



Associação de Proteção à Criança e ao Adolescente de Paraguaçu Paulista
"Casa Lar – Cel. Juventino Pereira"
Fundada em 10 de Dezembro de 1.958
Reconhecida de Utilidade Pública Federal - Proc. MJ 17.739/97-22
Registro nº. 51 – CNPJ 53.640.116/0001-51
Av. Manoel Antonio de Souza, nº 1.896 – Fone: (18) 3361.1469
CEP: 19.707-030 – PARAGUAÇU PAULISTA / SP



Construindo Ações Reais
para Adolescentes

| | |
|-----|---|
| 4 | OBJETIVOS E RESULTADOS |
| 4.1 | Objetivo Geral <i>Acolher e garantir proteção integral as crianças e adolescentes atendidos. □</i> |
| 4.2 | Objetivos Específicos <i>Refrear a presença de crianças e adolescentes em situação de rua e abandono. □ Assegurar condições favoráveis para seu desenvolvimento como cidadão. □ Preservar e ressignificar os vínculos familiares. □</i> |
| 4.3 | Resultados Esperados <i>Resgate da dignidade de crianças e adolescentes que vivenciam situações de negligência, violência, abandono e o acesso nulo aos direitos fundamentais a vida. □</i> |



Associação de Proteção à Criança e ao Adolescente de Paraguaçu Paulista
"Casa Lar - Cel. Juvenino Pereira"
Fundada em 10 de Dezembro de 1.958
Reconhecida de Utilidade Pública Federal - Proc. MJ 17.739/97-22
Registro nº. 51 - CNPJ 53.640.116/0001-51
Av. Manoel Antonio de Souza, nº 1.896 - Fone: (18) 3361.1469
CEP: 19.707-030 - PARAGUAÇU PAULISTA / SP



Construindo Ações Reais
para Adolescentes

| | |
|-----|---|
| 6 | METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DO PROJETO OU ATIVIDADE |
| 6.1 | <p>Metodologia de Execução das Metas</p> <p><i>Acolhida - Ação de receber o usuário, identificando a demanda imediata trazida por ele.</i></p> <p><i>Escuta Qualificada - Ação de identificar e problematizar demandas apresentadas por acolhidos, familiares e colaboradores.</i></p> <p><i>Entrevistas - Ação que visa possibilitar um planejamento sério de entrevista, bem como buscar por alcançar os objetivos estabelecidos para sua realização.</i></p> <p><i>Orientação e encaminhamentos- Tem como objetivo proporcionar possibilidades de intervenção do contexto social apresentado junto ao usuário/familiar que demonstre interesse.</i></p> <p><i>Visitas Domiciliares - Trata-se de um instrumento que tem o principal objeto conhecer as condições e modos de vida do usuário em sua realidade cotidiana, ou seja, no local onde ela estabelece relações do dia a dia, em seu domicílio.</i></p> <p><i>Estudo Social - Ação que tem por finalidade conhecer profundamente, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão do Contexto Familiar, objeto de intervenção profissional.</i></p> <p><i>Elaboração de prontuários individuais e relatórios - Em cumprimento ao artigo 94º do E.C.A, toda criança e adolescente inserido no Serviço de Acolhimento deverá possuir arquivo individual onde constem dados pessoais, composição familiar, circunstâncias do acolhimento e relatórios do trabalho desenvolvido e demais dados que possibilitem sua identificação e individualização no serviço.</i></p> <p><i>Relatório Social - É elaborado no intuito de manifestar o trabalho desenvolvido de frente ao acolhido e núcleo familiar.</i></p> <p><i>Elaboração P.I.A(plano individual de atendimento) - Ação que visa a reavaliação do núcleo familiar no intuito de vislumbrar as perspectivas de Reintegração Familiar seja nuclear, extensa ou substituta. Assim apresentado ao Poder Judiciário a cada seis meses e embasa a realização da Audiência Concentrada.</i></p> <p><i>Orientação sociofamiliar e Apoio à família na função protetiva - Desenvolvimento de ações e iniciativas junto às famílias que possibilitem a melhoria das condições de vida com vistas ao empoderamento social e reintegração familiar do acolhido.</i></p> <p><i>Identificação e mobilização de família extensa e ampliada - Ação que visa à sensibilização de demais membros familiares, cujos vínculos afetivos se encontram fragilizados.</i></p> <p><i>Desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social - Conjunto de ações que visam à convivência familiar e comunitária, proporcionando a compreensão do contexto social, de uma sociedade baseada em direitos e deveres.</i></p> <p><i>Mobilização para exercício da cidadania - Tem como objetivo geral oportunizar aos usuários atendidos o autoconhecimento a formação cidadã, acesso a documentação pessoal e vivências que evidenciam hábitos e valores éticos como solidariedade, respeito, diálogo que embasam o desenvolvimento dessa ação.</i></p> <p><i>Reingresso escolar e acompanhamento de frequência escolar - Reintegração do acolhido no âmbito escolar e acompanhamento mensal da frequência, comportamento e desenvolvimento escolar.</i></p> <p><i>Atividades comunitárias - Ações que garantem o direito a convivência comunitária.</i></p> <p><i>Atividades de convívio e de organização da vida cotidiana - Ação de estabelecer rodas de conversa através de utilização de técnicas, simulações de determinadas situações, com vista a permitir que os acolhidos em grupo produzam uma reflexão acerca da vivência no âmbito institucional e familiar.</i></p> <p><i>Articulação com o Sistema de garantia de direitos - Ação que preconiza o trabalho em rede, tendo em vista a reintegração familiar do acolhido.</i></p> <p><i>Observação direta - Trata-se de uma observação participante, além de observar o profissional interage com o usuário e participa ativamente do processo de execução do objeto de parceria, sendo assim uma ação diária.</i></p> <p><i>Reuniões- As reuniões são espaços coletivos, são encontros grupais que deverão acontecer quinzenalmente e que tem como objetivo estabelecer reflexões / avaliação do cumprimento de metas e impactos da parceria.</i></p> <p><i>Ações voltadas ao desacolhimento - conjunto de ações que favorecem a reintegração familiar do acolhido.</i></p> |



Associação de Proteção à Criança e ao Adolescente de Paraguaçu Paulista
"Casa Lar - Cel. Juvenino Pereira"
Fundada em 10 de Dezembro de 1.958
Reconhecida de Utilidade Pública Federal - Proc. MJ 17.739/97-22
Registro nº. 51 - CNPJ 53.640.116/0001-51
Av. Manoel Antonio de Souza, nº 1.896 - Fone: (18) 3361.1469
CEP: 19.707-030 - PARAGUAÇU PAULISTA / SP



Construindo Ações Resilientes
para Adolescentes

| Parcela | Valor Concedente R\$ | Valor Proponente R\$ | Total R\$ | Data Prevista |
|-----------|----------------------|----------------------|----------------|---------------|
| 1 | R\$ 9.252,76 | R\$ 0,00 | R\$ 9.252,76 | 08/01/2023 |
| 2 | R\$ 9.252,76 | R\$ 0,00 | R\$ 9.252,76 | 08/02/2023 |
| 3 | R\$ 9.252,76 | R\$ 0,00 | R\$ 9.252,76 | 08/03/2023 |
| 4 | R\$ 9.252,76 | R\$ 0,00 | R\$ 9.252,76 | 08/04/2023 |
| 5 | R\$ 9.252,76 | R\$ 0,00 | R\$ 9.252,76 | 08/05/2023 |
| 6 | R\$ 9.252,76 | R\$ 0,00 | R\$ 9.252,76 | 08/06/2023 |
| 7 | R\$ 9.252,76 | R\$ 0,00 | R\$ 9.252,76 | 08/07/2023 |
| 8 | R\$ 9.252,76 | R\$ 0,00 | R\$ 9.252,76 | 08/08/2023 |
| 9 | R\$ 9.252,76 | R\$ 0,00 | R\$ 9.252,76 | 08/09/2023 |
| 10 | R\$ 9.252,76 | R\$ 0,00 | R\$ 9.252,76 | 08/10/2023 |
| 11 | R\$ 9.252,76 | R\$ 0,00 | R\$ 9.252,76 | 08/11/2023 |
| 12 | R\$ 9.252,76 | R\$ 0,00 | R\$ 9.252,76 | 08/12/2023 |
| TOTAL R\$ | R\$ 111.033,12 | R\$ - | R\$ 111.033,12 | |



Associação de Proteção à Criança e ao Adolescente de Paraguaçu Paulista
"Casa Lar - Cel. Juvenino Pereira"
Fundada em 10 de Dezembro de 1.958
Reconhecida de Utilidade Pública Federal - Proc. MJ 17.739/97-22
Registro nº. 51 - CNPJ 53.640.116/0001-51
Av. Manoel Antonio de Souza, nº 1.896 - Fone: (18) 3361.1469
CEP: 19.707-030 - PARAGUAÇU PAULISTA / SP



Construindo Ações Reais
para Adolescentes

11 DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da Entidade Proponente, declaro, para os efeitos e sob as penas da lei, que esta entidade:

- a) preenche os requisitos mínimos para o seu enquadramento como beneficiária de ajuste com o Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, conforme exigido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente;
- b) informará ao Município, a qualquer tempo, as ações desenvolvidas para viabilizar o monitoramento e controle das etapas (ações) a serem executadas no âmbito deste Plano de Trabalho;
- c) prestará contas das ações realizadas com recursos transferidos pelo Município destinados à execução do objeto deste Plano de Trabalho;
- d) manterá e movimentará em instituição financeira pública os recursos recebidos em conta bancária específica da parceria;
- e) não está impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria com órgãos públicos e que, portanto, não se submete às vedações previstas no art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações;
- f) possui estrutura e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades e cumprimento das metas estabelecidas no objeto da parceria, estando ciente da obrigação de seguir as normas legais;
- g) não possui entre seus dirigentes nenhum membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, sendo considerados membros do Poder Executivo, o Chefe do Poder Executivo, Vice Prefeito e Secretários Municipais ou cargo equivalente; e membros do Poder Legislativo, os Vereadores; ou membros do Ministério Público, como Procuradores e Promotores;
- h) nenhum dos dirigentes incorre nas situações de vedações, previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso VII do art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações;
- i) não contratará ou remunerará a qualquer título, com os recursos repassados, servidor ou empregado público, inclusive àquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;
- j) não contratará empresa(s) pertencente(s) a parentes até 2º grau, inclusive por afinidade, de dirigentes da entidade, ou de agentes políticos de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade;
- l) não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz;
- m) está ciente do inteiro teor da legislação que rege a matéria, em especial da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 6.090/2017, tendo as condições legais de firmar a parceria com a administração pública municipal.

Paraguaçu Paulista-SP, 20/01/2023

| | |
|--------------------|----------------------------|
| Responsável Legal: | Claudemir Targino da Silva |
| Cargo/Função: | Presidente |

| | |
|----------------------|--------------------------|
| Responsável Técnico: | Gabriela Sampaio Ribeiro |
| Cargo/Função: | Assistente Social |

